HAL
open science

AGROECOLOGIA E FEMINISMO NO VALE DO RIBEIRA: CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE REPRODUÇÃO SOCIAL

Isabelle Hillenkamp, Miriam Nobre

▶ **To cite this version:**

Isabelle Hillenkamp, Miriam Nobre. AGROECOLOGIA E FEMINISMO NO VALE DO RIBEIRA: CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE REPRODUÇÃO SOCIAL. Temática, 2018. ird-02302251

HAL Id: ird-02302251

https://ird.hal.science/ird-02302251

Submitted on 1 Oct 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

AGROECOLOGIA E FEMINISMO NO VALE DO RIBEIRA: CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE REPRODUÇÃO SOCIAL

Isabelle Hillenkamp e Miriam Nobre[1]

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-ação realizada junto a uma rede de mulheres agricultoras do município de Barra do Turvo, no Vale do Ribeira (SP), apoiada pela ONG feminista SOF, no âmbito de um projeto de promoção da agroecologia. Analisamos o processo de mudança social que este projeto impulsiona, observando como certas dimensões da reprodução social são ressignificadas e transformadas. Consideramos as condições das mudanças observadas no que diz respeito à constituição de um sujeito político entorno da agroecologia em âmbito nacional e local e à construção de solidariedade entre mulheres em meio a diferentes conflitos. Consideramos esta transformação como um processo em andamento, que parte da ressignificação da produção agrícola, e gera valorização do trabalho das mulheres, provocando algumas renegociações das relações de gênero e um novo engajamento das mulheres em questões políticas. As solidariedades observadas se fortaleceram com base em objetivos comuns dentro e entre os grupos de mulheres cuja natureza e lugar nos bairros se transformou gradualmente. Essa dinâmica esteve baseada na experimentação e na afirmação progressiva de novas práticas e relações sociais que visam uma maior autonomia e formas ecológica e socialmente mais sustentáveis de reprodução da vida.

PALAVRAS-CHAVE: agroecologia; feminismo; solidariedade; reprodução social; sujeito político.

---

[1] Isabelle Hillenkamp é socioeconomista, pesquisadora permanente do IRD-CESSMA Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França e atualmente pesquisadora associada ao PPGS-UFSCar Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Miriam Nobre é agrônoma, integrante da equipe da SOF Sempreviva Organização Feminista, da REF Rede Economia e Feminismo e ativista da Marcha Mundial das Mulheres.

AGROECOLOGY AND FEMINISM IN VALE DO RIBEIRA: CONTRIBUTION TO THE DEBATE ON SOCIAL REPRODUCTION

ABSTRACT: This article presents the results of an action-research carried out with a network of women farmers in the municipality of Barra do Turvo, in the region of Vale do Ribeira (SP), supported by the feminist NGO SOF, within the framework of a project to promote agroecology. We analyse the process of social transformation that this project drives, observing how certain dimensions of social reproduction are redefined and transformed. We question the conditions of the observed changes regarding the constitution of agroecology as a political subject at national and local level and the construction of solidarity between women in the midst of different conflicts. We consider this transformation as an ongoing process that starts from the re-signification of agricultural production and generates new value to women's work, causing some renegotiations of gender relations and new commitment of women to political issues. The observed solidarities were strengthened on the basis of common goals within and among the groups of women whose nature and place in the neighbourhoods gradually changed. This dynamic was based on the experimentation and progressive affirmation of new practices and social relations that aim at a greater autonomy and ecologically and socially more sustainable forms of reproduction of life.

KEYWORDS: agroecology; feminism; solidarity; social reproduction; political subject.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-ação, no sentido de uma pesquisa que, como processo de produção de conhecimento, busca de forma prioritária contribuir com a ação e a transformação social. Portanto, o esforço analítico se concentra nas condições e níveis da transformação social (Mies, 1991). A pesquisa-ação foi baseada em uma parceria entre a SOF (Sempreviva Organização Feminista), ONG com base em São Paulo, e o *IRD,* Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França[2]. O sujeito de nossa pesquisa-ação é uma rede de mulheres

[2] No âmbito do projeto *Feminist Analysis of Social and Solidarity Economy Practices: Views from Latin America and India* financiado pelo *Swiss national Network for international studies* de enero 2016 até maio 2018 e coordenado por Ch. Verschuur (IHEID, Suiça).

agricultoras da região do Vale do Ribeira (Estado de São Paulo), apoiada pela SOF e envolvida em um projeto de promoção da agroecologia a partir de uma perspectiva feminista.

A agroecologia busca o desenvolvimento de conhecimentos, técnicas e relações de produção e consumo que redefinam as relações entre homens, mulheres e natureza de modo social e ecologicamente sustentável (ALTIERI, 1995; GLIESSMAN, 1998). Assim, a agroecologia difere da produção agrícola orgânica, não somente por privilegiar o uso de insumos do próprio estabelecimento e não acelerar os tempos da natureza, como também pela afirmação de um projeto político para a sociedade cujo conteúdo e radicalidade podem variar. No caso do Brasil, a agroecologia é concebida pelos movimentos sociais do campo, que se estruturam em âmbito nacional, como um projeto "contra-hegemônico", por oposição ao agronegócio, no sentido de que se opõe à dependência, às desigualdades sociais e danos ambientais comumente associados a esse modelo, buscando práticas e relações sociais que garantam maior autonomia e sustentabilidade (LUZZI, 2007; STEENBOCK et al., 2013; SORRENTINO et al., 1997).

Além disso, uma abordagem feminista emergiu nesses movimentos, articulando os âmbitos local e nacional e afirmando que os propósitos de autonomia e sustentabilidade exigem uma dupla transformação – das relações com a natureza e das relações de gênero (SILIPRANDI, 2009; JALIL, 2013; NOBRE, 2015; GUÉTAT-BERNARD & PRÉVOST, 2016; FILIPAK, 2017). Essa perspectiva advoga o esforço de reconhecer a produção e o conhecimento agroecológicos das mulheres, de valorizar essa produção de forma monetária e não monetária e de fortalecer a expressão política das mulheres agricultoras. Para tanto, aposta na solidariedade – quer dizer, nas interdependências voluntárias – em diferentes níveis (grupos locais, redes territoriais, movimentos regionais e nacionais) e em diferentes esferas (socioeconômicas e políticas) (HILLENKAMP & NOBRE, 2016, HILLENKAMP et al., 2017).

A agroecologia feminista está baseada em um entendimento da economia centrado na reprodução de todos os recursos necessários para a vida, ou seja, nos termos da economia feminista, o fornecimento,

produção e distribuição de todas as "necessidades e conveniências da vida" (NELSON, 1995, p. 143, tradução pessoal). Ela toma a produção e o consumo de alimentos como ponto de partida e visa à democratização de todas as relações de poder envolvidas na reprodução social. Essa visão busca ir além da lógica linear de produção para a acumulação capitalista, assim como das questões críticas associadas a ela, tais como sua articulação com o modo de produção doméstica (DELPHY, 1998). Isso, seguramente, não quer dizer que essas questões possam ser imediatamente eliminadas, mas o esforço prático e conceitual da agroecologia feminista é promover uma concepção mais ampla e circular do sistema econômico e de suas condições de reprodução, como propõe a economista feminista Cristina Carrasco (2014).

Analisamos aqui o processo de transformação social impulsionado pelo projeto de agroecologia da SOF no Vale do Ribeira, em particular a maneira pela qual ele ressignifica e transforma certas dimensões da reprodução social. Fazemos questionamentos das condições desse processo em diferentes níveis e em meio a diferentes conflitos, em particular no que diz respeito à constituição de um sujeito político portador da visão da agroecologia em âmbito nacional e à construção de solidariedade em âmbito local.

A intervenção da SOF no Vale do Ribeira tem início em 2015, quando a organização é contemplada em um edital para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dedicado ao desenvolvimento da produção agroecológica das mulheres agricultoras. O projeto se manteve ativo até o presente através de apoio continuado (do Fundo Newton do Conselho Britânico e da Secretaria Nacional de Economia Solidária). A SOF é parte do movimento feminista no Brasil, no sentido de que contribui na organização da sociedade civil e na construção de uma agenda política feminista, mantendo relações com organizações sociais de esquerda e ao mesmo tempo realizando ações de acompanhamento a grupos de mulheres. A organização mantém duas vertentes – uma de movimento ativista e outra técnica-profissional – comuns ao que Sonia Alvarez (1998) chama de "hibridez política" das ONGs feministas na América Latina.

No Vale do Ribeira, a SOF acompanha grupos de mulheres agricultoras em doze municípios desde 2015. Este acompanhamento se dá através de atividades de capacitação e produção coletiva de conhecimento[3]. Durante o período da pesquisa-ação (2016-2017), a SOF desenvolveu umas oitenta atividades de capacitação, parte delas em nível comunitário (bairros rurais) e parte envolvendo o encontro entre várias comunidades. Cinco atividades foram realizadas reunindo as mulheres agricultoras dos doze municípios e integrantes dos grupos aderentes aos princípios do consumo responsável (ver abaixo). Algumas dessas atividades, especialmente as de maior escala, foram gravadas e utilizadas como material de pesquisa.

No Vale do Ribeira, a pesquisa-ação foi concentrada em Barra do Turvo (SP), município rural de cerca de 8 mil habitantes, onde se localizam sete dos grupos apoiados pela SOF – cada qual reunindo entre 6 e 15 mulheres –, além de uma importante associação de produção agroecológica, a Cooperfloresta[4], fundada em 1996, que agrega cerca de cem famílias (STEENBOCK et al., 2016). A pesquisa consistiu na observação participante das atividades mencionadas; conversas e entrevistas com as mulheres agricultoras, alguns de seus maridos, membros das famílias e informantes chaves em Barra do Turvo (autoridades locais, assistentes sociais, membros da Cooperfloresta, do sindicato de trabalhadores rurais e pesquisadores do Instituto Florestal, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado); pesquisa etnográfica em um bairro rural de agricultura familiar; oito grupos focais, oficinas e sessões devolutivas sobre a pesquisa; observação participante da atuação do movimento feminista e de agroecologia em nível nacional e entrevistas com mulheres lideranças de diferentes regiões. Três reuniões mais amplas de pesquisa (uma introdutória, uma intermediária e uma da apresentação e discussão de resultados) também foram realizadas.

---

[3] Uma descrição detalhada da metodologia da SOF no Vale do Ribeira foi publicada em P*ráticas feministas para a mudança econômica - Autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira,* São Paulo, SOF, 2018.

[4] Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis.

O CONTEXTO DO VALE DO RIBEIRA: CONFLITOS IMBRICADOS

De acordo com os dados estadísticos[5], o Vale do Ribeira abriga 7.037 estabelecimentos de agricultura familiar, 24 comunidades Guarani e 66 comunidades quilombolas[6], bem como grandes fazendas e latifúndios (propriedades extensas com pouca ou nenhuma produtividade agrícola). É a maior porção contínua de Mata Atlântica do Brasil (1,7 milhões de hectares) e, apesar desta sociobiodiversidade, a região com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado de São Paulo.

Explorada desde o Século XVI pelos colonizadores portugueses, a região passou por vários ciclos econômicos (mineração, produção de arroz) baseados na mão de obra escrava negra, antes de cair em recessão por volta de segunda metade do Século XIX. Este contexto permitiu que os antigos escravos se transformassem em camponeses autônomos, constituindo o que os textos clássicos dos estudos rurais paulistas chamariam de "civilização caipira" (Cândido, 1964; QUEIROZ, 1973, *apud* SANCHEZ, 2004, p. 61).

Na segunda metade do Século XX, o Vale do Ribeira se tornou alvo de grandes projetos de "desenvolvimento" (construção de estradas, barragens e mineração) e também passou a abrigar três parques nacionais (BIM, 2012). A criação dos parques resultou da confluência entre um movimento preservacionista emergente (visando a proteção da natureza pela proibição de assentamentos humanos) e as ditaduras militares (1964–1985), interessadas em criar instrumentos de controle destes território onde se refugiavam movimentos de guerrilha rural[7].

---

[5] Respectivamente: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar. Resultados por municípios*. Rio de Janeiro, 2009; Instituto Sócio Ambiental (ISA). *Terras de Quilombo e Unidades de Conservação: Corredor Socioambiental do Vale do Ribeira*. São Paulo, 2016; Centro de Trabalho Indigenista. *Atlas das Terras Guarani no sul e sudeste do Brasil 2015*. São Paulo, 2015.

[6] De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia, o termo quilombo se refere a "toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo de cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado". O reconhecimento pelo Estado de uma comunidade quilombola implica diferentes etapas, não completadas por todas as comunidades do Vale do Ribeira aqui referidas.

[7] Ver o relato da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo que abordou

Durante o período de "redemocratização" nos anos 1980 e mais recentemente nos anos 1990, novas populações empobrecidas chegaram ao Vale do Ribeira. Em sua maioria eram agricultoras e agricultores vindos de outras regiões do país que, tendo imigrado para as periferias de grandes cidades (como São Paulo e Curitiba) nos anos 1960 e 1970, pessoas que agora eram expulsas pela crise econômica. Compraram terras em transações informais, muitas vezes dentro de áreas de preservação, e formaram novos bairros, em particular ao longo da principal estrada (BR 116) que atravessa a região.

No mesmo período também, o controle do Estado sobre os Parques, que até então fora relativamente brando, se intensificou conduzindo a intervenções frequentes (expulsões e apreensões) contra as novas populações consideradas "invasoras". A redemocratização culminou em 1988 com a aprovação da Constituição dita "cidadã". Entre outras coisas, a carta constitucional reconheceu a categoria de "comunidade tradicional", o que permitiu que algumas comunidades negras, até esta época identificadas como caipiras paulistas, reivindicassem a categoria de remanescente de quilombo (SANCHEZ, 2004), o que abria caminhos para seu acesso à propriedade coletiva da terra apesar das iminentes restrições de uso impostas pelo Parque.

Diante dos crescentes conflitos fundiários e ambientais (BRANDÃO et al., 1999) e da pressão das recém reconhecidas comunidades tradicionais e de outros bairros pobres, as negociações com o Parque são abertas nos anos 2000. Em 2008 o Parque é reorganizado como "Mosaico" de unidades de conservação (*Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga*, a que faremos referência a seguir como Mosaico), o que permite usos diferenciados de recursos e cria novos canais de diálogo com os bairros rurais, embora não resolva todos os problemas (BIM, 2012). Desde 2016, observamos uma nova escalada dos conflitos ambientais e fundiários, com a aprovação de medidas legislativas que permitem a privatização da gestão das unidades de preservação no Estado de São Paulo[8] e promovem mecanismos

a repressão à guerrilha no Vale do Ribeira : https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=358871 (acesso: 08/10/18).

[8] Projeto de Lei PL 249/2013 apresentado pelo executivo e aprovado pela Assembleia

financeiros tais como a iniciativa global Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (*The Economics of Ecosystems and Biodiversity, TEEB*).

De maneira geral, a concentração de terras é alta e ainda crescente no Vale do Ribeira (BIM, 2012)[9], e a região é marcada por conflitos resultantes da imprecisão dos títulos de propriedade, que frequentemente sobrepõem áreas de preservação e atividades de extração ilegal de madeira e palmito e envolvem todos os bairros rurais pobres na defesa de melhores condições de vida. Isso é particularmente evidente em Barra do Turvo, onde a presença da associação agroecológica Cooperfloresta deu força a um discurso de valorização de um modo de vida e trabalho "simples" no campo (STEENBOCK et al. 2013), em oposição à modernidade alienante representada por projetos de modernização e valores "distorcidos" da cidade (ainda que os vínculos com as periferias urbanas se mantenham constantes, algumas famílias sobrevivendo do aluguel de casas, de trabalho intermitente ou do dinheiro enviado por algum filho, filha ou outro parente).

De outro lado, a diferença política e econômica entre as comunidades quilombolas recentemente reconhecidas e os bairros identificados com sendo partes da "agricultura familiar", que não possuem uma reivindicação identitária, gera tensões. Ao longo do processo de reconhecimento, os quilombos se organizaram e criaram suas próprias associações (condição para o reconhecimento legal), enquanto nos bairros de agricultura familiar elas não necessariamente existem, ou, quando existem associações, não tem necessariamente legitimidade ou representatividade.

Alguns bairros de agricultura familiar estão parcialmente estabelecidos nas áreas de preservação integral do Mosaico (em princípio inabitadas) e/ou ocupam áreas reivindicadas por grandes proprietários de terras, enfrentando ameaças de remoção. Os quilombos se beneficiaram de políticas de ação afirmativa, incluído contratos ainda em vigência da modalidade de "Ação Simultânea" do Programa de Aquisição de Alimentos

Legislativa em 10/06/2016.

[9] Pequenas e médias propriedades (de menos de 50 hectares), que representam 81% do total, ocupam 20% da área, enquanto propriedades muito grandes (de mais de 500 hectares), representando 1,8% do total, ocupam 44% da área. Números do Censo Rural de 2006.

(PAA), que compra produtos da agricultura familiar, interrompido em outros bairros desde 2017. Assim, existe uma diferença política e econômica entre as comunidades "tradicionais" legalmente reconhecidas, e os bairros de agricultura familiar, politicamente órfãos. Estes últimos podem incluir populações consideradas "negras", "brancas" e "pardas" e, em alguns casos, grupos que estão se organizando para reivindicar seu reconhecimento como remanescentes de quilombos.

Essa diferença se acentua hoje devido a emergência de outros atores, como os fazendeiros que demandam indenizações ou ajustes nos limites do Parque, e condições, como a prevista privatização de gestão do Parque e mudanças na composição dos conselhos gestores das unidades de conservação. Em 2017, "comunidades e povos tradicionais do Vale do Ribeira" se organizaram em um fórum de mesmo nome, visando manter seus direitos à terra e aos recursos, enquanto os bairros de agricultura familiar estão sujeitos a várias influências, notadamente de grandes proprietários fundiários que buscam convencer estas comunidades a juntar-se ao lobby pelo cancelamento das negociações com o Mosaico na expectativa de acesso a indenizações.

Outra diferenciação, que em certos casos se verifica inclusive entre famílias de um mesmo bairro, diz respeito ao acesso à terra. Existem distinções de classe entre grandes fazendeiros e até agricultoras e agricultores familiares que contratam mão de obra e aquelas pessoas que vendem sua força de trabalho, geralmente por pagamento de diárias, na atividade agrícola (no caso dos homens) ou no trabalho doméstico (no caso das mulheres). Além disso, a preferência pelo trabalho assalariado pode ser observada mesmo em famílias que tem terra, mas buscam renda monetária, motivadas em geral pela compra de bens de consumo (como carros e eletrodomésticos).

Em particular, nos novos bairros pobres de agricultura familiar, poucas famílias vivem somente de sua própria produção. O trabalho assalariado agrícola ou não agrícola e uma variedade de benefícios sociais – frequentemente obtidos através de um árduo trabalho de superação de discriminações e obstáculos burocráticos – estão combinados com a produção própria, segundo diferentes lógicas. Em alguns casos, o valor

do trabalho na própria terra é priorizado e outras fontes de renda são consideradas mero apoio. Em outros casos essa lógica se inverte, e a produção no seu próprio lote é considerada secundária em relação à busca de trabalho assalariado ou de rendimento (aluguel, benefício social, etc.).

Diante desses conflitos centrais – entre "modernização" (capitalista) e defesa dos modos de vida "tradicionais", e pelo acesso a terra e recursos – as vozes das mulheres tendem a passar despercebidas. Em geral, a situação das mulheres é caracterizada por uma divisão sexual desigual do trabalho – em termos de indicadores, em nível nacional as mulheres rurais trabalham em média 55.3 horas por semana, incluído o trabalho doméstico, enquanto os homens trabalham 47.7 horas[10]; uma demanda não resolvida por creches e equipamento de educação infantil de qualidade, com 95,9% das creches e 82,4% das pré-escolas no Vale do Ribeira localizadas em áreas urbanas[11]; uma ultrassexualização do corpo das mulheres pela imposição de padrões de beleza (magreza, pele clara e cabelos lisos, roupas curtas, justas e frequentemente desconfortáveis), resultando em uma alienação das mulheres em relação a seus corpos (como expressam algumas agricultoras: "eu descobri que não me sinto muito" ou "falar de mim mesma é um pouco complicado"); um risco permanente de agressão sexual, combinado a altos níveis de violência doméstica.

A proposta de agroecologia feminista introduzida pela SOF se posiciona nos conflitos centrais da região, valorizando as formas de produção e organização social "tradicionais" (inclusive a agricultura familiar) contra a formas excludentes de "modernização", enquanto busca ao mesmo tempo promover uma transformação das relações de gênero. Essa transformação começa pelas margens desses conflitos centrais, propondo o desenvolvimento e a valorização da produção de alimentos na agroecologia pelas mulheres e buscando alianças com atores como as associações dos quilombos, a Cooperfloresta, o sindicato de trabalhadores

[10] IPEA, p. 33, apud Hora e Butto, 2014, p.38.

[11] De acordo com o Censo da Educação de 2015. Esses números tendem a aumentar com o progressivo fechamento de escolas rurais desde 2000. Observamos uma demanda não respondida por creches e equipamento de educação infantil de qualidade na nossa pesquisa de campo (grupos focais em diferentes bairros rurais).

rurais e o município. Essa posição inicial permitiu que fosse localmente aceita, mas, como veremos, agora evolui para um processo mais amplo de mudança que envolve a renegociação de posições de gênero e a participação ativas de algumas mulheres nos conflitos locais.

A LONGA MARCHA DA AGROECOLOGIA FEMINISTA NO BRASIL

A proposta de agroecologia feminista que a SOF introduziu em 2015 no Vale do Ribeira resulta de um processo mais amplo e muito mais longo, que reuniu mulheres agricultoras, equipes de ONGs, (ex) gestores públicos e algumas professoras universitárias de diferentes regiões do Brasil. É preciso considerar a história longa que levou à afirmação de um sujeito político defendendo a visão da agroecologia feminista, em meio à intensas transformações do Estado, das políticas públicas e das formas de mobilização da sociedade, para entender as condições de sua expansão em regiões específicas como o Vale do Ribeira.

As raízes desse processo podem ser situadas na crítica da modernização conservadora do campo, modelo difundido entre "pequenos" produtores pelas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a partir dos anos 1940 e reforçado pelas ditaduras militares entre os anos 1960 e 1970 (DELGADO, 2010). Em todo esse período, o modelo foi confrontado pelas forças democráticas populares, que defendiam pautas como a reforma agrária, e direitos econômicos e sociais, desde as Ligas Camponesas, criadas em 1955, seguidas pelo novo sindicalismo rural no âmbito da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, criada em 1963 e logo pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, criado em 1984 (GRISA & SCHNEIDER, 2014).

Nos anos 1980, uma nova vertente dessa agenda democrática e popular se desenvolveu, quando se forma uma rede de profissionais da agronomia para defender o que se chamava de "agricultura alternativa" (LUZZI, 2007). Naquele momento, também, as mulheres do campo começam a se organizar em torno do sindicalismo rural e por acesso à

Seguridade Social, como o direito ao auxílio maternidade e a aposentadoria especial rural. Elas criam suas próprias organizações, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, criado em estados da região Sul, como Santa Catarina, por volta de 1983 e unificado em nível nacional em 2003) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE, fundado em 1986 com presença em vários estados da região Nordeste), e, posteriormente, inserem-se em algumas organizações mistas, como a CONTAG e o MST (NOBRE, 2015; PAULILO, 2016; FILIPAK, 2017). Desde os anos 1990, as mobilizações das mulheres do campo se ampliam para um questionamento duplo, a respeito do lugar das mulheres na produção e das próprias formas de produzir. Essas mobilizações das mulheres rurais, combinada à pressão da cooperação internacional para que se inclua a questão de gênero nos projetos de desenvolvimento, levou, na segunda metade dos anos 1990, a uma inflexão nas organizações da agricultura alternativa. Emerge um novo campo, a princípio nomeado "gênero e agricultura familiar". Em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi criada, reunindo movimentos do campo e ONGs, visando à ação coordenada, a pressão política e a comunicação com a sociedade.

As mulheres ativistas dos movimentos do campo, das ONGs e universidades gradualmente se organizaram em um grupo de trabalho transversal da ANA, concebido como espaço de auto-organização das mulheres para o questionamento de todas as formas de desigualdade de gênero – dentro da Articulação (onde tais desigualdades eram raramente reconhecidas) e em todas as comissões temáticas de trabalho. Neste momento, também a soberania alimentar e a agroecologia começam a emergir em alguns movimentos feministas, em particular na Marcha Mundial das Mulheres (Masson e Conway, 2017), cujo secretariado internacional esteve hospedado na SOF entre 2006 e 2013, contribuindo para "desurbanizar" as pautas do feminismo brasileiro (Paulilo, 2016, p. 310).

A partir dos anos 2000, o governo do Partido dos Trabalhadores (governo Lula-Dilma, de 2003 a 2016) marcou uma redefinição das relações entre governo, movimentos do campo e ONGs e o agronegócio.

Durante este período, os movimentos sociais e as ONGs se beneficiaram de espaços sem precedentes de participação (conselhos e fóruns) na definição e gestão das políticas de desenvolvimento agrário, tais como compras governamentais dirigidas aos produtos da agricultura familiar, crédito rural, documentação das trabalhadoras rurais, novas modalidades "públicas e universais" de ATER e agroecologia. Em geral, a agricultura familiar foi fortalecida por essas políticas, mas dentro de um modelo agrícola dual, em que os avanços para agricultoras e agricultores familiares foram limitados pela proteção dos interesses dos grandes fazendeiros e latifundiários (SABOURIN, 2014).

Nesse contexto as mulheres do campo passam a contar, em 2010 com a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPRM/MDA), com sua própria equipe e orçamento[12]. Entre as políticas realizadas pela Diretoria destacam as chamadas públicas para ATER dirigida às mulheres rurais. A ANA assume a organização dos encontros regionais e nacional em que a Política Nacional de Agroecologia e a Política de ATER agroecológica são definidas. Dentro da ANA, o Grupo de Trabalho de Mulheres luta para que as desigualdades de gênero sejam levadas em conta nessas novas políticas. No caso da política de ATER agroecológica, este grupo finalmente obtém uma cota de 50% de mulheres beneficiárias, de 30% de técnicas mulheres e 30% do total de recursos dirigidos às mulheres. Essas políticas permitiram que as entidades executoras – incluindo as ONGs integrantes da ANA – desenvolvessem suas propostas em novos territórios, como foi o caso da SOF no Vale do Ribeira.

Essas novas políticas representaram um avanço inegável se comparadas à ausência de políticas para as mulheres rurais que havia até então. Ainda assim, continuaram sendo "pontuais", "limitadas" e "burocráticas" aos olhos de certas ativistas; sendo política experimentais, e não universais. Entre 2004 e 2013, a política de ATER para mulheres beneficiou 56.400 mulheres, com um orçamento de 32.3 milhões de reais. Algumas modalidades de implementação foram inadequadas seja para as

[12] Entre 2003 e 2013 a DPMR executou um orçamento de cerca de R$ 300 milhões (U$ 93 milhões) (Hora e Butto, 2014, p. 28).

ONGs, constrangidas a cumprir critérios aplicáveis a empresas públicas, seja para as mulheres agricultoras, que precisavam obter um Documento de Aptidão para as políticas de agricultura familiar (DAP), enfrentando dificuldades consideráveis no atual quadro de discriminação contra as mulheres rurais[13]. As relações entre alguns movimentos e ONGs e o governo foi muitas vezes tensa, exigindo um jogo complexo de "pressão e solidariedade", inclusive frente a militantes que ocuparam posições de gestão na DPMR.

A aliança com os movimentos rurais que sustentavam uma posição de autonomia e forte capacidade de mobilização – como as mulheres agricultoras da Marcha das Margaridas e o MST – foi importante para que a pressão fosse mantida. No entanto, reivindicações centrais, como a reforma agrária, não tiveram avanços (SANCHEZ & TURATTI, 2012) e as políticas em geral não foram instituídas como políticas de Estado garantidas em caso de mudança de governo. Com o *impeachment* de Dilma Rousseff e o apossamento de Michel Temer em maio de 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário desapareceu e embora algumas de suas políticas e os principais espaços de "participação" tenham sido mantidos formalmente, sua natureza foi de fato modificada. Alguns movimentos rurais e ONGs pararam de participar e os que permaneceram afirmam que suas vozes não são ouvidas pelo governo atual. Os movimentos do campo e ONGs da ANA atualmente se consideram parte da oposição ao governo de Michel Temer, tido como ilegítimo por estes setores sociais.

De maneira geral, a longa mobilização das mulheres rurais, das equipes de ONGs e pesquisadoras universitárias pelo reconhecimento da agroecologia feminista contribuiu para a consolidação de um sujeito político que se coloca em conflito com a modernização conservadora e

[13] Embora as normativas considerem o registro da produção para o autoconsumo, muitas das instituições que emitem DAP não a consideram. Nos casos em que as mulheres são agricultoras e os maridos são assalariados, a renda proveniente de fora do estabelecimento tende a ser maior do que a interna, quando não se considera a produção para o autoconsumo, e assim não permitindo seu enquadramento, enquanto agricultora familiar. Estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC) em 73 localidades rurais de 20 Territórios da Cidadania das cinco macro-regiões do país concluiu que "o desafio parece ainda ser obter a DAP: em muitas localidades ainda há a desinformação, exigências excessivas e desconhecimento dos critérios de concessão" (FCC, 2015, p. 257).

o agronegócio de um lado e com a agroecologia que se pretende neutra quanto à questão de gênero de outro lado. Nossa hipótese é que essa posição conflitiva levou esse sujeito a afirmar uma forte posição antissistêmica, que parte de uma crítica radical ao capitalismo e à sociedade patriarcal para propor a necessidade de superação de uma visão meramente produtivista da agroecologia e a adoção de uma visão circular da economia, inspirada numa concepção feminista centrada na reprodução da vida e priorizando a "cultura de cuidado" em lugar da "cultura de lucro" (CARRASCO, 2003).

ATER E AGROECOLOGIA FEMINISTA EM BARRA DO TURVO

Com base nesta visão política, a SOF começou sua intervenção no Vale do Ribeira fazendo contato com as lideranças e organizações locais para contribuir com a formação de grupos de mulheres agricultoras. Em Barra do Turvo, essa proposta representou uma mudança de paradigma principalmente em dois sentidos.

Primeiramente, afirmou a condição das mulheres como agricultoras em seu próprio nome, em um contexto no qual o viés masculino ainda é significativo nas políticas agrícolas em geral e na assistência técnica em particular. Em Barra do Turvo, em 2016 e 2017, os projetos de agricultura para mulheres (conduzidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico) se limitavam a galinheiros móveis e enfrentavam dificuldades de implementação. Na prefeitura ou em suas casas as mulheres agricultoras enfrentam evidentes discriminações para serem reconhecidas como tais no acesso à documentação oficial. Por exemplo, notas fiscais são emitidas em nome dos maridos embora sejam elas as responsáveis por todo o processo administrativo de sua própria produção agrícola. De modo semelhante, o sindicato rural local apoia a agricultura familiar, mas dá prioridade no aumento de produção para a venda, desprezando as coisas "moles" que as mulheres produzem nos seus "fundos de quintal", em suas próprias palavras. Mesmo na Cooperfloresta, há poucas mulheres participando do Conselho e da Diretoria, e é recente a retomada de sua participação na agroindústria. De acordo com nossas informantes, "embora muitas pessoas trabalhando na agroecologia levem os temas do racismo e do feminismo, o debate de gênero não está presente na Coopera [Cooperafloresta]".

Em segundo lugar, a proposta da agroecologia feminista é uma mudança com relação às políticas normalmente dirigidas às mulheres, especificamente àquelas do campo da assistência social e da chamada "inclusão produtiva". Durante o governo do Partido dos Trabalhadores, programas de assistência social, tais como o Bolsa Família, foram consideravelmente expandidos, passando a ser considerados uma forma de renda básica. No entanto, o valor da maternidade nunca deixou de ocupar um lugar central nas representações sociais que embasam a implementação desses programas (GEORGES & SANTOS, 2016), o que se reflete seja no discurso de assistentes sociais em Barra do Turvo, seja nas condicionalidades gerais de acesso ao programa, que preveem que as mães sejam responsáveis pela frequência escolar e vacinação das crianças.

A inclusão produtiva, por outro lado, consiste fundamentalmente em programas de capacitação para mulheres beneficiadas pelo Bolsa Família, dirigidos a tirá-las da condição de beneficiárias. Esses programas valorizam o "empreendedorismo", mas geralmente estimulam as mulheres em atividades percebidas como "femininas", sem questionar a divisão sexual do trabalho existente. Em Barra do Turvo, a capacitação oferecida às mulheres inclui escolas de beleza, moda e culinária, ignorando a atividade agrícola. A chegada do projeto de ATER para mulheres foi portanto uma novidade, introduzindo mudanças nas relações de gênero pelo seu reconhecimento mulheres como agricultoras. As mulheres foram encorajadas a formar grupos em seus bairros, considerados espaços de auto-organização, e a formular demandas e propostas específicas que refletissem sua situação local.

Os grupos nos bairros tiveram diversas origens. Em duas comunidades quilombolas, eles se formaram com base em relações de parentesco e nos grupos de trabalho da Cooperfloresta (organizados no sistema de mutirão, em que o grupo todo se reveza no terreno de cada integrante, realizando trabalhos como limpeza, semeadura, colheita, etc.). Em um bairro de agricultura familiar, um grupo foi formado a partir do viveiro comunitário – lugar onde as pessoas cultivam mudas nativas para venda, como parte da política de regeneração da mata e de compensação frente às limitações de cultivo no Mosaico. Em outro bairro, um grupo

de mulheres já estava organizado na Comissão Pastoral da Criança, entidade ecumênica promovida desde os anos 1980 pela Igreja Católica, para promover a pesagem e vacinação de crianças e gestantes e melhorar a nutrição. Em outro lugar ainda, um grupo de mulheres se formou a partir de um coletivo misto informal mobilizado na luta contra o Parque. Finalmente, em dois bairros de agricultura familiar com pouca ou nenhuma terra de cultivo, as mulheres partiram do hábito de reunir-se para fazer artesanato juntas. Essas reuniões eram promovidas por uma mulher que vive em um centro de promoção da agrofloresta (de propriedade privada) com boa disponibilidade de terra. Nos distintos bairros, as mulheres que primeiro compuseram os grupos estavam na faixa etária dos 40 a 50 anos. Hoje mulheres mais jovens estão se envolvendo, atraídas pela dinâmica gerada e pela possibilidade de sair de casa.

Através das reuniões, visitas técnicas e outras atividades (feiras, intercâmbios) organizadas pela SOF, as mulheres foram incentivadas a se deslocar de suas relações e formas de organização iniciais no sentido de grupos de mulheres baseados na solidariedade, com ênfase no reconhecimento de seu trabalho agrícola e de sua contribuição na alimentação da família. Assim, progressivamente, foram mudando a natureza de suas atividades e sua posição nos bairros. A solidariedade das técnicas da SOF na relação com essas mulheres, na forma de um forte compromisso (muito além das horas de trabalho) em ajudá-las a se organizar e resolver uma ampla gama de questões concretas – entendidas como obstáculos à reprodução da vida em sentido amplo – encorajou a solidariedade entre elas.

Em geral, a consolidação dos grupos ocorreu através da criação de respostas concretas a questões específicas que elas mesmas levantaram: como cultivar diferentes plantas, como fazer fertilizantes naturais para manter a qualidade do solo, como tratar as águas de esgoto, como aumentar as vendas, como conseguir acesso à terra, como processar os alimentos para evitar perdas, como utilizar a balança, como usar a Internet para se comunicar com os grupos de consumo, como fazer o passo a passo para emitir notas fiscais, como convencer os homens a contribuir em certas

tarefas, como organizar o trabalho com crianças pequenas, como permitir que mulheres controladas por seus maridos participem, etc.

Embora não tenha sido o caso em Barra do Turvo, em alguns lugares, a consolidação dos grupos existentes não funcionou. Por exemplo, em uma comunidade quilombola de outro município, as mulheres estavam organizadas em torno do turismo comunitário e não se interessaram pela agroecologia, principalmente por causa das restrições impostas pela gestão local do Mosaico sobre o uso da terra para agricultura.

As respostas da SOF às demandas e propostas dos grupos consistiram em diferentes atividades, tais como visitas de intercâmbio (observação orientada dos terrenos das participantes); mutirões para a construção de hortas elevadas, hortas em mandala, fossas sépticas e manejo de agrofloresta; apoio para a apresentação de demandas perante a prefeitura e outras instituições; uma rede direta de comercialização com os grupos de consumo responsável, entre outras.

Outra iniciativa importante introduzida no município pela SOF se refere às Cadernetas Agroecológicas, um esforço advindo do Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA a partir de 2013 para tornar visível o aumento da produção mercantil e não mercantil pela qual as mulheres são responsáveis, por meio do incentivo ao registro do destino do conjunto de sua produção agrícola, organizada em quatro categorias: autoconsumo, doação, troca e venda. Essa estratégia e os grupos de consumo responsável, em particular, jogaram papel importante na consolidação dos grupos pela valoração da produção das mulheres. Isso colaborou com que se reconhecessem como agricultoras e melhorou suas condições de negociação em suas famílias e mesmo com agentes do Estado, por acesso à documentação oficial.

A rede de grupos de consumo responsável consiste em cinco grupos autogestionados de consumidores na periferia da cidade de São Paulo (um deles formado pela equipe da SOF e amigas, localizado no centro da cidade e com perfil diferente), que adquirem legumes e verduras, frutas, alimentos processados, medicamentos naturais e mudas oferecidos mensalmente por seis dos sete grupos de agricultoras de Barra do Turvo. Essa rede visa criar um mercado controlado pelas mulheres agricultoras,

no sentido de que elas determinem o tipo e quantidade de produtos que podem oferecer (deduzidas as quantidades necessárias para o consumo familiar, trocas e doações) e proponham os preços, em troca de alimento variado e de qualidade por preços acessíveis.

Essa redefinição da relação entre produtoras e consumidores não é fácil, especialmente do lado dos consumidores, porque requer engajamento com a proposta da agroecologia feminista (entender e aceitar as condições de trabalho das agricultoras, incluindo a ausência de certificação da vigilância sanitária e, em alguns casos, falhas de qualidade e logística), indo além do consumo de alimentos orgânicos. Um dos grupos de consumo (na cidade de Registro) deixou de existir e, na maioria dos casos a integração a esses grupos é um processo lento. A logística (preparação dos produtos em relação à demanda, coleta e transporte até o ponto central em São Paulo) também é um fator limitante ao crescimento da rede e de sua capacidade de atender à necessidade das mulheres agricultoras na venda de seus produtos.

Essa capacidade depende, em particular, de recursos humanos da SOF e de algumas voluntárias para gerir a rede, assim como do caminhão cedido pela Prefeitura de Barra do Turvo. Apesar desses limites, o sistema permitiu uma valorização simbólica e monetária de uma diversidade de produtos (mais de 200 itens), normalmente consumidos apenas na zona rural. Durante o período de outubro de 2017 a março de 2018, a renda mensal média obtida foi de R$ 182 com importantes variações entre as agricultoras que entregam produtos *in natura* (cuja retirada foi menor) e as que entregam produtos transformados (com maior recebimento). Vender para fora dos bairros é um fato sem precedentes para muitas mulheres, especialmente nos distritos de agricultura familiar, que contribuiu significativamente para valorizar seu trabalho diante de seus maridos e vizinhos. Hoje se tem que lidar com alguns vizinhos (homens e mulheres) buscando "copiá-las", nas suas próprias palavras, mas enxergando apenas a relação custo/benefício da produção orgânica como nicho de mercado. Para evitar isso, alguns grupos definem condições para a inclusão de novas participantes, baseadas na participação em tarefas coletivas e nas atividades organizadas pela SOF, que as agricultoras consideram como momentos importantes de "conscientização".

Um aspecto transversal da metodologia da SOF é a interconexão entre diferentes temas. Por exemplo, discutem-se os efeitos do uso de agrotóxicos nos corpos das mulheres, ou a relação entre o desenvolvimento de uma produção agrícola financeiramente viável e o aumento da capacidade das mulheres de se libertarem de relações conjugais abusivas, ou a ideia de que a transição (caminho que conecta a realidade presente a uma situação almejada) pode ser considerada seja na perspectiva de uma mudança rumo à agroecologia, seja rumo a uma vida sem violência. Essas interconexões manifestam o entendimento da agroecologia, não como uma visão estreita focada nas técnicas de produção e na venda, mas como uma visão e uma prática que incluam o conjunto das relações e a pessoa humana inteira, de modo mais amplo, encorajando formas mais democráticas e sustentáveis de reprodução da vida e de organização da economia.

De modo geral, construir respostas concretas para um amplo espectro de demandas específicas de cada grupo provou ser uma condição para o desenvolvimento de solidariedade dentro dos grupos. A solidariedade não é apenas um "valor" de mulheres rurais (pobres), mas algo que resulta da ação concreta e das regras que são criadas durante a ação, bem como da solidariedade das técnicas da SOF em relação aos grupos. Um núcleo de mulheres agricultoras se formou durante esse processo, reivindicando hoje os princípios e a visão ampla da agroecologia feminista e jogando um papel fundamental na organização local – mesmo que outras subjetividades, permeadas em particular pela lógica de mercado e da "inclusão produtiva", continuem existindo. Apesar disso os grupos permanecem em geral frágeis (dependentes de condições favoráveis à participação, oferecidas parcialmente pela SOF). Algumas questões permanecem, como por exemplo, a fragilidade do acesso aos meios de produção nos bairros em que as mulheres sem-terra trabalham nos lotes de outras pessoas, e o pequeno volume da demanda pelos grupos de consumo em comparação com o volume de produção de algumas agricultoras que pode desmotivá-las. Em nível mais amplo, a consolidação da organização baseada na solidariedade através da rede de grupos existentes (em Barra do Turvo e outros municípios do Vale do Ribeira) é ainda um processo em construção.

A SOF cumpriu um papel inicial nessa construção, criando oportunidades regulares para que as mulheres se encontrem, identificando questões comuns, ajudando a criar respostas coletivas e encorajando as mulheres a se unir. Isso contribuiu com a construção de um sentido de pertencimento e ação coletiva que hoje se reflete, em particular, nos frequentes convites entre bairros para a participação em atividades como feiras e seminários. No entanto, essa dinâmica nascente é dificultada pelas diferenças de reconhecimento político (em particular entre comunidades quilombolas e bairros de agricultura familiar) e de acesso à terra e recursos. Outro desafio diz respeito à inclusão de novas mulheres ou novos grupos, exigindo a construção de novas oportunidades coletivas, como por exemplo, a expansão da rede de consumo. Além disso, a SOF pretende gradualmente passar da posição de ONG apoiadora a uma de parceria na construção de um movimento social comum, com raízes em nível local e articulado em nível nacional.

Ao longo deste processo, o desenvolvimento de uma rede de agricultoras agroecológicas no Vale do Ribeira chegou ao ponto em que exige novos passos com relação à sua conexão com outras lutas que definem esse território. Nas comunidades quilombolas, os moradores apontam que a continuidade dos grupos produtivos de mulheres depende de sua capacidade de se manter ativas no manejo territorial local, por exemplo, reivindicando os conhecimentos "tradicionais" e encontrando modos mais diversificados de comercializar seus produtos incluindo mais mulheres e mais jovens. Os habitantes dos bairros de agricultura familiar, de sua parte, apontam que as iniciativas de mulheres precisam ajudar a criar reciprocidade e fortalecer o sentido de comunidade. Iniciada nas margens do conflito local entre "tradição" e "modernidade" capitalista, a proposta da agroecologia feminista em Barra do Turvo chegou a um estágio em que é convocada a desenvolver sua visão política e prática sobre a questão agrária e ambiental que se manifesta no território e assumir seus desdobramentos. Isso inclui novas responsabilidade econômicas e sociopolíticas para os grupos de mulheres em nível comunitário e a necessidade de construir novas alianças, desafiando as diferenças e conflitos existentes.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa-ação buscou traçar o processo de transformação social iniciado pelo projeto de agroecologia feminista proposto pela SOF em Barra do Turvo e contribuir, no âmbito teórico, com o debate da economia feminista sobre a reprodução social e o cuidado da vida. Analisamos o papel e a natureza das solidariedades nesse processo e o modo pelo qual isso redefine, conceitualmente e na prática, a reprodução social. O método da pesquisa-ação significou dar prioridade à análise dos estágios e condições desse processo de mudança social. Cientes dos conflitos e dificuldades existentes em diferentes âmbitos, nos concentramos ainda assim nas possibilidades, por vezes embrionárias, de superá-los, em vez de produzir uma análise focada nas relações de poder e nos fatores de impedimento.

Nossa análise mostra que a transição para a agroecologia feminista em Barra do Turvo é um processo em andamento, que começou com uma ressignificação da produção agrícola e da alimentação, ganhando continuidade na atribuição de novo valor ao trabalho das mulheres, em algumas renegociações das relações de gênero em diferentes esferas (família, comunidade, mercado e, em menor grau, governo municipal), assim como em um novo engajamento das mulheres nas questões políticas locais. Essas mulheres expressam que "acordaram" ou que "quebraram uma parede", "graças a essas técnicas [da SOF] que são diferentes", porque são capazes de ouvir suas demandas e entendê-las. É comum que as agricultoras se apresentem como sendo "da SOF" ou que usem a camiseta da Marcha Mundial das Mulheres. As mulheres, assim como alguns homens, hoje se autodenominam "feministas" em Barra do Turvo, ao passo que esse termo muitas vezes é percebido negativamente nas classes populares em geral e no campo em particular. Esse processo baseou-se em solidariedades que se fortaleceram e expandiram com base em objetivos comuns entre os grupos de mulheres, cujo lugar e natureza nos bairros se transformou gradualmente. Essa dinâmica esteve baseada na experimentação e na afirmação progressiva de novas práticas e relações sociais que, de modo geral, visam uma maior autonomia e a reprodução da vida de formas ecológica e socialmente mais sustentáveis.

Esta experiência mostra a possibilidade de uma prática feminista da economia que confronte o conflito central entre capital e vida (PÉREZ OROZCO, 2014) com base na valorização do trabalho reprodutivo – isso é, o trabalho doméstico, mas também trabalho de cuidado dos outros e da natureza (FISHER & TRONTO, 1990) e criação de novos comuns (FEDERICI, 2013), baseados na solidariedade. Esta prática econômica esteve intrinsecamente ligada à afirmação de uma política do cotidiano, que toma como ponto de partida a ação de grupos de mulheres entorno a questões como a defesa de seu território, trabalho e alimentação. Este ponto de partida encontra no contato com os movimentos sociais constituidos ao longo da história, os elementos necessários para a elaboração de um discurso sobre esta ação e para sua politização.

No entanto esse processo depende, na Barra do Turvo e em outras experiências, de pequenos grupos, de um número reduzido de lideranças locais, de recursos financeiros e humanos oferecidos por ONGs como a SOF, e enfrenta diferenças entre as mulheres, o que tende a dificultar a construção de uma ação coletiva mais ampla. A SOF, como ONG feminista híbrida, nos termos de Álvarez (1999), colocou à disposição metodologia, recursos humanos e financeiros para iniciar ou fortalecer processos organizativos das mulheres rurais e posicioná-los na mobilização política. Em âmbito nacional, a própria SOF faz parte de um processo político longo de quatro décadas, que começou com a demanda de reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais, que continuou com o questionamento das desigualdades de gênero na agricultura familiar e logo com à afirmação da necessidade de articular a agroecologia e o feminismo enquanto projetos políticos, e que se concretizou em políticas públicas que terminaram abruptamente com a mudança de governo em 2016. Produzindo conhecimento não restrito ao debate acadêmico, mas também com e para os sujeitos políticos da agroecologia, essa pesquisa-ação buscou contribuir para a continuidade desse processo, em um momento em que, no Brasil, não se pode esperar que as forças de mudança possam vir do governo, e sim da sociedade civil organizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. *Agroecology: The science of Sustainable Agriculture*. Boulder: Westview Press, 1995, 433 p.

ALVAREZ, Sonia E. Advocating feminism: the Latin American feminist NGO'boom'. *International feminist journal of politics*, v. 1, n. 2, p. 181-209, 1999.

BIM, Ocimar. *Mosáico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; TSIKIOKA, Crismere Gadelha; CARVALHO, Maria Celina Pereira De. O cerco do verde: o olhar dos outros sobre a questão do ambiente. *Ambiente & Sociedade*, n. 5, p. 155-180, 1999.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N. e NOBRE, M. *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: Cuadernos Sempreviva, SOF, p. 11-49, 2003.

_____. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. In: CARRASCO, C. *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madri: La Oveja Roja, p. 25-48, 2014.

DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, p. 28-78, 2010.

DELPHY, Christine. *L'ennemi principal : économie politique du patriarcat*. Paris: Syllepse, tome 1, 1998, 180 p.

FEDERICI, Silvia. Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

FILIPAK, Alexandra. *Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos*. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2017.

FISHER, Berenice & TRONTO Joan. Toward a feminist theory of caring. In E. Abel & M. Nelson (orgs.), *Circles of care: Work and identity in women's lives*. Albany: Suny Press, pp. 35-62, 1990.

GEORGES, Isabel; Dos SANTOS, Yumi Garcia, Eds. *As 'novas' políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecology: ecological Processes in Sustainable Agriculture*. Chelsea, MI: Ann Arbor Press, 1998, 357 p.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural (Piracicaba, SP)*, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

GUÉTAT-BERNARD, Hélène; PRÉVOST, Héloïse. L'agro-écologie au Brésil, un instrument genré de luttes sociales. *L'Ordinaire des Amériques*, v. 220, 2016.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. Cruzando os caminhos da economia solidária e do feminismo: passos para uma convergência necessária *Revista Economía (Quito)*, v. 69, n. 109, p. 43-60, 2017.

HILLENKAMP, Isabelle; NOBRE, Miriam; com a colaboração de Viviane FRANCO, Daniela IANOVALLI, Gláucia MARQUES e Sheyla SAORI,. Por uma economia solidária e feminista: pesquisa-ação no Vale do Ribeira. In: (Ed.). *Anais do V Simpósio Desigualdade Direitos e Políticas Públicas*: http://repositorio.unisinos.br/anais/eventos/vsimposio.html#749/z, p. 749-764, 2016.

HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea et al. *Mulheres rurais e autonomia. Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 14-45, 2014.

JALIL, Laeticia Medeiros. *As Flores e os Frutos da luta: O significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais*. Dissertação (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Dissertação (Tese de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MASSON, Dominique; CONWAY, Janet. La Marche mondiale des femmes et la souveraineté alimentaire comme nouvel enjeu féministe. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 36, n. 1, p. 32-47, 2017.

NELSON, Julie. Feminism and Economics. *The Journal of Economic Perspectives, 9*(2), 131-148, 1995.

NOBRE, Miriam. Economia solidaria, agroecologia y feminismo: prácticas para la autonomía en la organización del trabajo y de la vida. In: VERSCHUUR, C.;GUÉRIN, I., HILLENKAMP, I. *Une économie solidaire peut-elle être féministe ? Homo oeconomicus, mulher solidaria*. Paris: L'Harmattan, p. 273-294, 2015.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que femenismo é esse que nasce na horta? *Política & Sociedade*, v. 15, p. 296-316, 2016.

PÉREZ OROZCO, Amaia. Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficante de sueños, 2014.

SABOURIN, Éric. L'agriculture brésilienne en débat : évolutions récentes, controverses et politiques publiques. *Problèmes d'Amérique latine*, v. 95, n. 4, p. 33-55, 2014. Disponível em: < https://www.cairn.info/revue-problemes-d-amerique-latine-2014-4-page-33.htm >.

SANCHEZ, Fábio José Bechara. *Identidade e Conflito: A construção política dos "remanescentes de quilombo" do Vale do Ribeira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANCHEZ, Fabio José Bechara ; TURATTI, Maria Cecília Manzol. Agricoltura famigliare ed etnicità: le trasformazioni delle lotte contadine in Brasile. *Sociologia del Lavore*, v. 128, p. 135-151, 2012.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Dissertação (Tese de doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SORRENTINO, Marcos et al., Eds. *Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis*. Piracipaba (SP): MH-Ambiente Natural, 2017, 344 p.

STEENBOCK, Walter et al. *Agrofloresta, ecologia e sociedade*. Curitiba: Kairós, 2013, 422 p.

Recebido em 10 maio de 2018 e aprovado em 11 outubro 2018